

**Parecer nº 84/98**

Data: 1998.07.15

Processo nº 413

**Reclamante:** Domingos José Fernandes Fevereiro

**Entidade Reclamada:** Inspeção-Geral das Actividades Económicas

- 1 Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo, actualmente recluso no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, apresentou à Inspeção-Geral das Actividades Económicas, em 24 de Abril de 1998, um requerimento onde solicitava o seguinte:
  - a) reprodução, através de fotocópia, das leis orgânicas dos seguintes órgãos: Ministério da Economia (ME), Secretarias de Estado integradas no ME, Secretaria-Geral do ME e Inspeção-Geral do ME;
  - b) reprodução, através de fotocópia, da legislação que atribua competências à entidade reclamada, seus órgãos e agentes, e eventuais alterações, e da que precedeu à instituição de delegações dos serviços da entidade reclamada e que aprovou o quadro de pessoal dos seus serviços;
  - c) reprodução, através de fotocópia, de despachos de delegação de poder e competências de várias entidades que identifica;
  - d) reprodução, através de fotocópia, de decretos-lei e portaria que identifica;
  - e) mais requereu a isenção de pagamento na reprodução e envio das solicitadas cópias ao abrigo do artigo 11º do Código de Procedimento Administrativo.
2. Não tendo obtido qualquer resposta, o cidadão apresentou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativo (CADA), com data de entrada de 30 de Junho de 1998, reclamação do indeferimento tácito do pedido anterior.

3. A reclamação deu entrada em tempo oportuno. De facto, no momento da apresentação do requerimento à Comissão já se perfizera o prazo de 35 dias previsto no nº 3 do artigo 15º da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA).
4. A CADA já teve ocasião de se pronunciar de forma abundante, e para o mesmo cidadão, sobre matéria idêntica, sendo essa a doutrina que, mais uma vez, se reafirma.
5. A publicidade dos actos normativos apresenta-se como princípio fundamental no Estado de Direito Democrático, que exige o seu conhecimento por parte dos cidadãos e proíbe actos normativos secretos, contra os quais eles estariam inibidos de se defender (cfr. Artigo 119º/2 da CRP). Publicidade em sentido amplo é qualquer forma de comunicação dos actos do poder público dotada de eficácia externa (v.g. através de ordens de serviço, avisos, etc.).

As leis e os decretos-lei são actos normativos que têm de ser publicadas na I Série do Diário da República, sob pena de ineficácia, como dispõem os artigos 112º, nºs 1 e 7, e 119º, nºs 1, alínea c), e) e h), e 2, da CRP., e 3º, nº 2, alíneas c) e e), e 3, alínea a), da Lei nº 6/83, de 29 de Julho, na redacção do decreto-lei nº 1/91, de 2 de Janeiro. Essa publicação é hoje também acessível através da Internet.

6. Em face destes princípios, é doutrina da CADA que tais actos solenes do Poder Central, assim obrigatoriamente objecto de divulgação e publicação imediatas e de fácil acesso, não estão abrangidos pelas regras de acesso impostas à Administração pela LADA. Diferente seria a solução se estivessem integrados em qualquer processo administrativo: nesse caso não haveria razão para os excluir de tal acesso.  
Assim, não é de sufragar a pretensão do reclamante de obter fotocópia de leis e decretos-lei.
7. O reclamante solicita ainda [cfr. alíneas b) e c) do nº 1 do presente parecer] a reprodução, por fotocópia, de legislação que atribua competências à entidade

reclamada e de despachos de delegação de poderes, que não individualiza. Neste domínio a CADA reitera a doutrina proferida no proc. nº 323, ou seja, o reclamante só terá direito de acesso a listas de onde constem as informações solicitadas, se elas existirem e a entidade reclamada as detiver. Designadamente, não está a Administração obrigada a proceder a estudos e investigação com vista a identificar e listar os actos normativos e/ou administrativos que hajam sido proferidos pelas entidades que o reclamante indica.

Porém, se a entidade reclamada detiver lista de onde conste a identificação de tais actos, a solução será a já preconizada no processo supra identificado, para cujos termos se remete.

Do exposto se extraem as seguintes conclusões:

- 1ª A LADA não impõe à Inspecção-Geral das Actividades Económicas que, a pedido de um cidadão, lhe forneça informação sobre o quadro legal e cópia do respectivo conteúdo.
- 2ª O reclamante só terá direito de acesso a listas de onde constem as informações solicitadas, se elas existirem e a entidade reclamada as detiver, reiterando-se a doutrina do Parecer da CADA proferido em 13 de Maio de 1998, no processo nº 323.

Lisboa, 15 de Julho de 1998.

*Francisco de Brito* (Relator) – *Narana Coissoró* - *Vasco Almeida* - *José Renato Gonçalves* – *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)